



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

A LUTA POR MORADIA DOS TRABALHADORES SEM-TETO BRASILEIROS. UMA REFLEXÃO SOBRE TRABALHO E MORADIA NO CONTEXTO DO CAPITALISMO NEOLIBERAL

Nathalia C.Oliveira

Doutoranda em ciência política pela Unicamp e
membro do grupo de pesquisa
Neoliberalismo e Relações de Classes, alocado ao Cemarx.

natholiveira2004@yahoo.com.br

Introdução

A luta pela moradia no Brasil não é algo recente. Ela data desde a existência dos problemas habitacionais, os quais, por sua vez, existem desde o início da urbanização do país. No entanto, estes problemas não foram solucionados e se encontram em uma situação caótica em diversas regiões do país.

É verdade que as lutas sociais urbanas são bastante antigas, no entanto, é a partir dos anos 80 que os movimentos sociais que lutavam por moradia cresceram e intensificaram sua organização por muitos estados brasileiros. Em meados dos anos 90, os ditos movimentos dos sem-teto ganham visibilidade na grande imprensa. Os movimentos dos sem-teto são aqueles movimentos em que grande parte da sua base se reconhece como “sem-teto” e que têm como ação principal a ocupação organizada de grandes terrenos e edifícios vazios nas grandes cidades brasileiras.

Diante do exposto, algumas questões se colocam como pertinentes: Por que há uma intensificação da organização dos movimentos de moradia? Quais as razões para que os movimentos dos sem-teto ganhassem visibilidade no Brasil das últimas décadas? Quem são os brasileiros que participam destes movimentos e lutam por moradia, ou melhor, quem são os sem-teto? Por que o são?

Neste artigo, portanto, procuraremos responder a estas questões de modo a contribuir com a reflexão acerca da luta dos sem-teto no Brasil. E mais, objetivamos principalmente com esta reflexão demonstrar como a luta pela moradia e a condição de



sem-teto estão intrinsecamente ligadas com a problemática do trabalho na contemporaneidade e com as políticas do sistema vigente¹.

Nosso texto estará dividido, portanto, em duas partes. Na primeira, centrar-nos-emos na compreensão do problema habitacional brasileiro, o que nos levará, por consequência, ao entendimento do porque existem tantos sem-teto no Brasil. Entendendo o contexto da luta, devemos passar para a reflexão de quem faz a luta. Assim sendo, na segunda parte do texto, trataremos dos sem-teto, sua condição de classe e a sua luta por moradia².

I. A questão habitacional e o contexto brasileiro dos anos 90 e 2000

O déficit habitacional brasileiro aumentou muito durante a década de 90 e até meados dos anos 2000. No ano de 1995, tal déficit era de 5,6 milhões³. Em 2002, de acordo com a Fundação João Pinheiro, tal déficit se encontrava por volta de 6,6 milhões de moradias, já em 2006, de acordo com a mesma Fundação, estava na faixa de 7,9 milhões de unidades habitacionais.

A região sudeste é a região que possui a maior parcela do déficit habitacional brasileiro, representando 37% do total. O estado de São Paulo apresenta um déficit de mais de 1 milhão e 400 mil moradias, representando, só ele, quase 20% do déficit habitacional brasileiro total. A Região Metropolitana de São Paulo é a região que possui o maior déficit habitacional do país, mais de 720 mil moradias⁴.

¹ A discussão proposta neste artigo está fortemente embasada em minha dissertação de mestrado (Oliveira, 2010).

² Esclareço ao leitor que não tratarei aqui de maneira detalhada a organização, atuação e métodos de luta dos movimentos dos sem-teto. Fiz isso no trabalho de mestrado mencionado (Oliveira, 2010), cujo qual correspondeu, na verdade, a um estudo empírico exploratório de três dos principais movimentos dos sem-teto da Grande São Paulo.

³ Este dado é resultado de uma pesquisa da Fundação João Pinheiro, apresentada em PAULA (2002: p.396).

⁴ O estado de São Paulo possui não apenas o maior déficit habitacional do país, mas também o maior número de domicílios vagos em condições de serem ocupados e em construção, cerca de 1 milhão e 378 mil domicílios (o número total de domicílios brasileiros vagos é de 6 milhões). O alto índice de imóveis vazios no estado de São Paulo é quase que equivalente ao déficit habitacional estadual (1 milhão e 400 mil moradias).

Todos os dados aqui citados sobre questão habitacional, quando não mencionados a sua fonte, se referem à seguinte pesquisa: Fundação João Pinheiro, Centro de Estatística e Informações. *Déficit habitacional no Brasil 2006 / Ministério das Cidades, Secretaria Nacional de Habitação*. Brasília, 2008. (Projeto PNUD-BRA-00/019 - Habitar Brasil – BID).



Além do déficit quantitativo, o déficit qualitativo também deve ser considerado quando falamos dos problemas habitacionais brasileiros. Existe um elevado número de unidades habitacionais que apresentam deficiências e carências no acesso à infraestrutura e/ou adensamento excessivo.

Deve-se mencionar ainda o alto número de prédios vazios e abandonados nos centros das grandes cidades que implica no “despovoamento de áreas bem servidas de equipamentos e empregos, enquanto a população vai se abrigar em regiões desprovidas e distantes, multiplicando as necessidades de investimentos públicos” (Bonduki, 2008: p.86). Um elemento que vem completar a situação de gravidade da habitação no Brasil é o que se refere aos altos valores das terras urbanas, levando grande parte da população a viver em terrenos ilegais resultando assim em um “intenso processo de formação de favelas e loteamentos irregulares no país” (Bonduki, 2008: p.88).

No cenário nacional, as favelas são grandes conhecidas dos brasileiros. De acordo com o IBGE, entre 1991 e 2000, houve um aumento de 22,5% no número de favelas. De acordo com uma pesquisa da prefeitura de São Paulo, realizada em 2007 e financiada pelo Banco Mundial, estimava-se que um em cada seis paulistanos morava em favelas.

Esta é uma descrição geral do problema habitacional brasileiro, problema que parece ter se intensificado nas últimas décadas. E foi justamente nas últimas décadas que o capitalismo neoliberal foi introduzido e consolidado no Brasil. Assim, não tardam as implicações das políticas neoliberais na questão habitacional brasileira. Vejamos isso mais de perto.

1.1 - O capitalismo neoliberal e a condição do trabalhador no Brasil

O modelo neoliberal de capitalismo tem como característica principal a idéia de Estado mínimo, no entanto, é necessário relativizar isto, pois

(...) o Estado se reduz em algumas esferas – privatizando empresas, transferindo serviços públicos para o setor privado e “enxugando” o quadro administrativo –, mas amplia sua intervenção em outras: a desregulamentação dos mercados se faz por meio de novas regulamentações, as empresas privatizadas são reguladas por “agências” específicas, etc. Nesse sentido, parece ser mais adequado sustentar a tese de que o Estado modifica sua forma de intervenção, pois novas formas de intervenção



são criadas, sobretudo no campo financeiro (...), ao passo que antigas formas (no mercado de trabalho, na atividade produtiva) são eliminadas (Galvão, 2007: p. 40).

Dentre as principais políticas econômicas da plataforma neoliberal, podemos destacar: reajuste e austeridade fiscal, juros altos para atrair capital estrangeiro, privatização de empresas estatais e política de superávit primário.

Já no plano das políticas sociais, a ideologia neoliberal tem como objetivo reduzir o papel do Estado e os direitos sociais e universais, aplicando políticas tais como a descentralização da prestação de serviços, a focalização de serviços públicos, a desconcentração participativa e também políticas de privatização (Boito, 1999). Assim, o conjunto de políticas neoliberais contribui para a redução dos direitos sociais e a disseminação da idéia de que muitos direitos são, na verdade, privilégios. A idéia de universalização de direitos é fortemente abalada.

Em 1995, o governo federal é assumido por Fernando Henrique Cardoso, a quem atribuímos a posição de articulador para que o Brasil adotasse fortemente a plataforma neoliberal, fortalecendo a hegemonia neoliberal mundial. Iniciava-se assim, a “Era FHC” (1995-2002), período em que o Brasil foi inserido na economia de financeirização mundial e na adoção de políticas neoliberais (econômicas e sociais).

Para José Nun (2000), é verdade que na América Latina os níveis de desocupação e subocupação regionais nunca estiveram abaixo de 30 %, a concentração de renda é enorme e há grande dificuldade de absorção de mão-de-obra disponível. Porém, com o capitalismo neoliberal houve um avanço na gravidade do problema: aumentaram-se ainda mais as atividades informais de baixa qualificação e remuneração (trabalhadores por conta própria e serviços domésticos), diminuiu a dita proteção social, além do processo de desindustrialização que contribuiu para o aumento do desemprego.

A análise de Galvão (2007) aponta para o mesmo sentido, demonstrando que as reformas neoliberais afetam intensamente as condições de trabalho no Brasil. A autora comenta que:

O aumento do desemprego no final da década [de 90] provocou mudanças no conteúdo da negociação coletiva, deslocando as demandas salariais da pauta de reivindicações e substituindo-as por questões ligadas ao emprego. Os aumentos reais de salários, por sua vez,



tornam-se uma conquista cada vez mais rara (Galvão, 2007: p.78).

De acordo com Santos (2002), há um grande crescimento nas atividades que se referem ao setor de serviços, principalmente o setor de serviços pessoais (cozinheira, doméstica, etc) e aos serviços ditos distributivos (ambulantes). Quadros (2003) aponta um aumento na população dos trabalhadores autônomos, tais como, pedreiro, marceneiro, ambulante, costureira, no entanto, este aumento não é percebido em suas remunerações, ou seja, há uma queda na renda per capita destes trabalhadores.

A redução dos direitos sociais, a precarização do trabalho, o aumento do desemprego e a queda de salários de algumas ocupações, tudo isso compõem uma série de importantes elementos que nos ajudam a entender a existência de trabalhadores muito explorados, trabalhadores muito pobres que não conseguem garantir minimamente as condições de sobrevivência de sua família. Trabalhadores que não possuem uma renda mensal que seja capaz de garantir a alimentação da família e o pagamento do aluguel. Estaria aí a condição objetiva da existência do trabalhador sem-teto.

No que se refere à “Era Lula”, acreditamos existir importantes diferenças em relação a “Era FHC”. Mas, para não nos alongarmos neste debate, esclarecemos que, de nossa parte, partilhamos a idéia de que o governo Lula é “social liberal”, que seria a “manutenção do modelo capitalista neoliberal combinado com um pouco mais de crescimento econômico e de políticas sociais compensatórias” (Boito, 2003).

O social-liberalismo mantém as políticas econômicas neoliberais como austeridade fiscal e superavit primário, no entanto, investe em políticas compensatórias o que traz uma redistribuição de renda de “forma superficial isto é, sem mexer nas raízes da concentração de renda (como a questão agrária, por exemplo)” (Sanchez, 2009). Assim, o governo Lula vai ganhando apoio e ampliando sua base entre os trabalhadores mais pobres que há muito tempo não tinham perspectiva de qualquer benefício.

A partir das políticas compensatórias, o governo Lula ainda consegue atender aos interesses de frações do capital, como por exemplo, as relacionadas à construção civil e ao setor de serviços, já que essas políticas são capazes de ampliar o mercado consumidor nacional e possibilitam que a economia se expanda (Sanchez, 2009).



1.2 As políticas habitacionais brasileiras nos governos federais neoliberais

Como demonstra a bibliografia (Bonduk (2008); Maricato (1998); Santos (1999) Fagnani (2006)), as políticas habitacionais brasileiras nunca possuíram grande atenção e orçamento e, no geral, jamais romperam com a tradição excludente e elitista que marcou a fundação do Sistema financeiro da Habitação (SFH) e Banco Nacional da Habitação (BNH). Ou seja, as famílias com renda familiar mensal de até 3 salários mínimos (famílias que representam cerca de 90% do déficit habitacional atual) foram e ainda são as que menos se beneficiam das políticas sociais no setor habitacional. Dessa maneira, temos um grande peso do legado histórico nesta área.

O financiamento público federal vigente para o setor habitacional foi estruturado em meados dos anos sessenta, com a instituição do Sistema Financeiro de Habitação (SFH). Apesar de todas as transformações ocorridas neste sistema, tanto nas gestões quanto nos aspectos operacionais dos instrumentos de financiamento, suas estrutura e sustentação permanecem. Ou seja, as fontes de financiamento continuam sendo as mesmas, a saber, Tesouro Nacional, captação de poupanças voluntárias (cadernetas de poupança) e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) (Zamboni, SD).

Nesse tripé, cabe ao Tesouro Nacional, ainda que de forma intermitente, financiar os programas habitacionais voltados para as famílias de baixa renda, com cerca de até 3 salários mínimos. O FGTS financia programas para a população de baixa e média renda (famílias que possuam renda por volta de 3 a 12 salários mínimos). E, por fim, o Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE) ficou com o financiamento das famílias de renda média e alta.

No interessante e rico estudo de Zamboni (SD), podemos perceber que o Tesouro Nacional é quem contribui menos com o setor habitacional, correspondeu apenas a 3% do valor total do financiamento federal durante os anos de 1990 e 2002. Como consequência disso, a população de mais baixa renda é que foi a menos beneficiada com as políticas habitacionais, posto que é através do dinheiro do Tesouro que tais famílias conseguem seus financiamentos. Foi, então, o FGTS, a fonte que mais financiou as políticas de habitação no Brasil no referido período, representando cerca de 49% do total. Em seguida, vem o SBPE, com 48% do valor total do financiamento federal.



De acordo com Bonduki (2008), o déficit habitacional brasileiro teve um crescimento de 19,9% entre os anos de 1991 e 2000. No entanto, foram as famílias de baixa renda que mais tiveram o seu déficit habitacional aumentado: nas faixas de renda inferior a 2 salários mínimos houve um crescimento de 40,9% do déficit. Enquanto isso, houve uma redução de 26,5% no déficit habitacional das famílias que se encontram nas faixas de renda de mais de 5 salários mínimos.

Ora, o que é este cenário se não uma conjunção de fatores estruturais e conjunturais que não só garantem a existência de uma população pobre e com grandes carências habitacionais, como ainda garante a reprodução dessa situação, intensificando o problema e contribuindo para que milhares de famílias que se encontram na mesma situação se organizem e lutem por moradias dignas?

É diante deste cenário que, em 2003, o presidente Lula (do Partido dos Trabalhadores), contando com grande apoio popular, assumiu o governo federal fazendo muitas promessas e promovendo grande expectativa em relação às transformações que viriam.

Durante o primeiro governo da “Era Lula” avançou-se mais na construção da instância de participação e controle social da política urbana e pouco se fez no âmbito do financiamento (Bonduki, 2008). Dessa maneira, a expectativa das famílias sem-teto, expectativa de poder participar dos programas habitacionais e ter, logo nos primeiros anos do governo Lula, suas moradias conquistadas, fora frustrada.

Das instâncias de participação e controle social da política urbana criadas por Lula nos primeiros anos de governo, podemos destacar a criação do Ministério das Cidades, a construção do Conselho Nacional das Cidades e a realização das Conferências Nacional da Cidade.

Deve ser mencionada ainda a criação do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social, que tramitou por 13 anos no Congresso. O projeto original do Fundo foi modificado, já que a idéia de alocação de parcelas significativas do orçamento para fins de subsídio contrariava fortemente uma das principais políticas neoliberais, a saber, a política de criação de superávit primário.

Apesar dos avanços ocorridos no que se refere à abertura de instâncias participativas, pode-se dizer que a política macroeconômica do primeiro governo,



embasada pela ideologia neoliberal, barrou o desenvolvimento e o progresso das políticas habitacionais brasileiras.

A promessa para o segundo governo era de que Lula alteraria eixos amplamente questionados durante o primeiro mandato. Segundo Bonduki (2008: 99-100), a questão de financiamentos se modificou a partir de 2005:

(...) houve uma substancial elevação dos investimentos, de todas as fontes de recursos, ampliação do subsídio, foco mais dirigido para a população de baixa renda, destinação crescente de recursos ao poder público e ampla captação de recursos de mercado, gerando o que muitos consideram um novo boom imobiliário.

Cabe destacar aqui que a pesquisa realizada pela Fundação João Pinheiro no ano de 2007 mostrou que o déficit habitacional brasileiro era de cerca de 6,3 milhões de moradias. Se comparações com as pesquisas anteriores são difíceis de serem feitas já que a Fundação modificou um pouco sua metodologia naquele ano, a pesquisa do ano subsequente pode ser comparada. Diante disso, podemos dizer que houve uma redução no déficit habitacional brasileiro entre os anos de 2007 e 2008. De 6,3 foi para 5, 8 milhões de moradias. No entanto, sabe-se que a maior concentração do déficit habitacional continua na parcela que tem uma renda média mensal familiar de até três salários mínimos.

Essa situação se modificaria com a implantação do tão anunciado Programa “Minha casa, minha vida”? Programa que foi considerado por muitos como a mais importante política habitacional do governo Lula.

O Programa “*Minha casa, minha vida. 1 milhão de casas. Crédito, emprego, benefícios e esperança para os brasileiros*” foi lançado, em março de 2009, como uma medida do governo brasileiro de combater e amenizar os efeitos da crise econômica mundial agravada em 2008⁵.

Os principais objetivos do pacote são implementação do Plano Nacional de Habitação, construindo um milhão de moradias; aumento do acesso das famílias de baixa renda à casa própria e geração de emprego e renda por meio do aumento do investimento na construção civil.

⁵Uma importante crítica do pacote habitacional é feita por Rolnik e Kazuo (2009).



Mas será que esta política alteraria de fato as estratégias de financiamento e a população alvo atendida até o momento pelas políticas habitacionais tradicionais?

Sabe-se que a maior parte do déficit habitacional brasileiro está concentrado na população que recebe de 0 a 3 salários mínimos e que, como a bibliografia tem demonstrado, esta população não consegue comprar suas casas sem a ajuda do governo, pois hoje a prestação da casa própria é incompatível com a renda dessas famílias. O pacote habitacional se propõe justamente a dar este auxílio às famílias mais pobres. Mas será mesmo?

A parcela populacional que recebe de 0 a 3 salários mínimos representa 90,9% do déficit habitacional total; as famílias que recebem de 3 a 6 salários mínimos representam 6,7% e, por fim, a população que recebe de 6 a 10 salários mínimos representa 2,4% do déficit total⁶.

Se o pacote fosse respeitar, de fato, o déficit habitacional das famílias que estão na faixa de 0 a 3 salários mínimos, a quantidade de moradias a serem construídas para esta faixa deveria ser de 900 mil, no entanto, os dados apresentados no lançamento do Programa foram outros: para as famílias de 0 a 3 salários mínimos serão construídas 400 mil moradias, para as famílias de 3 a 4 salários mínimos 200 mil moradia, de 4 a 5 salários mínimos 100 mil, de 5 a 6 salários mínimos 100 mil, e de 6 a 10 salários mínimos 200 mil moradias. Percebe-se assim que o Programa, em 2009, não estava tão direcionado assim para a parcela populacional que mais precisava do investimento. Desse modo, não encontramos mudanças substanciais entre o *Programa Minha casa, minha vida* e o que já se vinha propondo nas políticas habitacionais tradicionais.

II. Os trabalhadores sem-teto e sua luta

Quem são os sem-teto?

Para nós, o trabalhador sem-teto se define não apenas por ser uma pessoa com uma condição socioeconômica desfavorável e não possuir uma moradia, mas também pela sua ação política, por estar participando de um movimento que tem como reivindicação principal a conquista de uma moradia. Portanto, o conceito que utilizamos aqui de sem-teto deve ser entendido em sua dimensão política e econômica. O sem-teto

⁶ Estes dados são do IBGE/PNAD, 2007, e foram apresentados pelo governo durante o lançamento do Programa em 2009.



é fruto de condições objetivas, mas só pode ser entendido em sua amplitude quando pensamos em sua constituição enquanto agente político.

É necessário entender ainda que os movimentos dos sem-teto são movimentos constituídos por famílias, ou seja, participam deles pai, mãe, filhos, avós, jovens e crianças. Há uma grande diversidade entre os comportamentos, necessidades e ações desses membros. Assim sendo, a base social dos movimentos dos sem-teto não é uma base homogênea no que se refere ao gênero, etnia, idade e identidades.

Se as pessoas fazem parte dos movimentos dos sem-teto é porque suas reivindicações imediatas são moradias, suas situações socioeconômicas não são nada favoráveis e apesar de os sem-teto terem trajetórias distintas e sexos diferentes estão todos na mesma luta, ou seja, apesar de toda diversidade existente entre eles, existe uma característica comum, uma carência comum que os unificam, ou seja, eles se unem por sua carência de moradia.

Mas de onde vem esta carência? Há alguma relação com a posição dos sem-teto na estrutura produtiva? Pensando na discussão das classes sociais e movimentos sociais, perguntamos: os sem-teto fazem parte da classe trabalhadora? Os movimentos dos sem-teto possuem um caráter de classe?

A partir da definição de classe social adotada por nós – a busca de uma articulação entre estrutura e ação; posição do agente na estrutura produtiva, juntamente com a construção social -, para podermos dizer que os movimentos dos sem-teto possuem um caráter classista, devemos verificar qual é a posição dos sem-teto na estrutura produtiva, de que maneira eles agregam interesses e constroem uma solidariedade e ainda, em que medida, a principal reivindicação destes movimentos apontam para uma reivindicação com interesse de classes. Analisaremos estas questões a seguir.

II.1- Lugar que os sem-teto ocupam na estrutura produtiva

Os sem-teto pertencem às classes trabalhadoras apesar de não serem, em sua maioria “operário padrão”, trabalhadores de fábricas. Com o processo de reestruturação produtiva, a bipolarização das classes sociais não se encontra tão bem definida (capitalista e operário de indústria) e, por isso, o conceito de frações de classes se tornam um bom recurso analítico. Sendo assim, acreditamos que os sem-teto, no que se



refere ao nível da produção, pertencem às classes trabalhadoras, ou melhor, a uma fração da classe trabalhadora que podemos denominar de massa marginal.

Este conceito de massa marginal, dentro da concepção marxista, trata a marginalidade no nível das relações produtivas, e não de consumo. Destacaremos dois principais autores que debatem este tema: José Nun (1978, 1972) e Lúcio Kowarick (1975).

José Nun elabora a categoria de massa marginal para designar as manifestações não funcionais do excedente da população. Tal massa se refere tanto àqueles que não têm emprego quanto aos que têm de forma precária, como aos que não se encontram no setor das grandes corporações monopolistas. Se, de um lado, temos a tese de Nun de que a massa marginal é afuncional ou até mesmo disfuncional ao capital, do outro lado, temos a posição de Kowarick que defende a funcionalidade da massa marginal e a identifica com o exército industrial de reserva (conceito elaborado por Marx).

Segundo a definição de Kowarick, um grupo deve ser caracterizado como marginal, na medida em que encarna tanto as “novas” relações de produção não tipicamente capitalistas (terceiro setor) quanto as velhas formas tradicionais de produção (artesanato e indústria domiciliar) que o capitalismo, no processo de sua expansão, cria e recria.

Percebemos assim que, apesar da discordância no que se refere à questão da funcionalidade da massa marginal, parece haver um consenso entre os dois autores no que se refere a quem são os trabalhadores da massa marginal.

Os grupos marginalizados seriam, portanto, os desempregados, trabalhadores intermitentes e trabalhadores de setores produtivos estagnados ou decadentes (produção artesanal, indústria a domicílio), empregados domésticos, trabalhador autônomo do comércio de mercadorias (ambulantes) e prestação de serviços (alojamento, alimentação, higiene pessoal, confecção de roupas, reparação e instalação de máquinas e atividades domésticas remuneradas).

A partir de uma listagem das principais atividades dos sem-teto que apareceram durante nossas entrevistas e conversas com os sem-teto e nas reportagens da grande imprensa, constatamos que muitos dos sem-teto se encontram desempregados e as principais ocupações são: pedreiro, ajudante/servente de pedreiro, auxiliar de entregas, cobrador de lotação, caminhoneiro, garçom, lavador de carros, camelô, ambulante,



comerciante, ajudante geral, auxiliar de serviços gerais, mecânico, pintor de paredes, soldador, doméstica, diarista, cozinheira, garçoneiro, auxiliar de enfermagem, aposentada, costureira, ex-lavadora e dona de casa. Estamos falando aqui de trabalhadores que não se encontram na indústria, mas sim estão desocupados ou então estão nas “novas” relações de produção não tipicamente capitalistas e nas velhas formas tradicionais, temos os autônomos (camelôs) e os trabalhadores temporários (“bicos”).

Ora, o que são estes trabalhadores senão os trabalhadores da massa marginal descritos por Nun e Kowarick? Ora, não são essas ocupações que, de acordo com as pesquisas de Santos (2002) e Quadros (2003) que citamos anteriormente, foram as que mais cresceram nos últimos anos e, em alguns casos, a que tiveram seus salários rebaixados?

Concluimos assim que os sem-teto possuem uma absorção pelo mercado de trabalho capitalista semelhante a da massa marginal. Daí afirmamos que a maioria dos sem-teto são trabalhadores marginalizados. Utilizaremos esta expressão (trabalhadores marginalizados) para reforçar a idéia de que os sem-teto fazem parte da classe trabalhadora, são, portanto, trabalhadores e, mais especificamente, pertencem a uma fração desta classe definida como massa marginal, daí os marginalizados.

II.2 - A construção social da classe: a reunião dos agentes em coletivos

Neste sentido estamos unidos por dura e crua realidade “Somos todos Sem-Teto”, esta é grande privação que nos une. E desta privação que vamos construir o novo. (Barbosa e Pita, 2006).

O pertencimento a uma classe passa pela idéia de ser e de se reconhecer como igual socioeconomicamente, ou melhor, de estar em uma mesma posição na estrutura produtiva e perceber isso. A partir daí deve-se reconhecer que existem interesses comuns, interesses de classe, e que para ter estes interesses atendidos existe a necessidade de lutar conjuntamente. Assim, todos que estão nos movimentos dos sem-teto se encontram numa mesma situação socioeconômica, partilham carências e lutam pela mesma coisa, no limite: uma moradia digna para suas respectivas famílias.

Agregando estes interesses e a necessidade de lutar conjuntamente vem a organização do coletivo, a organização e ações dos movimentos que reivindicam moradia. No caso dos movimentos dos sem-teto, movimentos organizados e atuantes na



década de 90 e 2000, a principal forma de ação radical é a realização de ocupações de prédios vazios no centro da cidade denunciando a situação de desigualdade social e o aumento da especulação imobiliária. Diante do processo crescente de esvaziamento do centro com milhares de imóveis abandonados, os sem-teto travam uma luta para que haja um processo de re-ocupação destes imóveis de modo a diminuir o déficit habitacional na cidade.

Muitas das ocupações organizadas pelos movimentos dos sem-teto possuem tanto um caráter de denúncia como de resistência e pressão política aos poderes públicos, no sentido de pressionarem os governos para que elaborarem políticas habitacionais que atendam a demanda por moradia popular. As ocupações possuem ainda um caráter prático, no sentido de que servem como moradia provisória para muita gente que não tem onde morar.

Percebe-se assim que a luta pela moradia dos sem-teto é, na verdade, uma luta política, uma luta de classes, ou melhor, uma luta entre frações de classes: os trabalhadores marginalizados versus os capitalistas imobiliários, além é claro, da presença fundamental do Estado.

Diante do exposto, podemos voltar para a questão: os movimentos dos sem-teto possuem um caráter de classe?

Diríamos aqui que os movimentos dos sem-teto possuem um forte caráter de classe já que são compostos pela classe trabalhadora, mais especificamente, pelos trabalhadores que integram a massa marginal. E mais, tanto os interesses compartilhados pelos sem-teto quanto a principal reivindicação dos movimentos de moradia é característica das classes trabalhadoras. A reivindicação por uma moradia digna vem de trabalhadores que não têm condições de se alimentarem e pagar um aluguel. Temos aqui agentes atuando no processo político visando conquistar posições na distribuição da riqueza, temos luta de classes.

III.3. Posicionamento político dos movimentos dos sem-teto

Para completar a idéia de movimento classista é preciso refletir sobre o posicionamento político dos movimentos dos sem-teto, no sentido de tentarmos compreender se a identidade de classe aparece de maneira consciente e constante entre os sem-teto. Encontramos em nossa pesquisa anterior (Oliveira, 2010) uma



heterogeneidade nas orientações político-ideológicas dos movimentos dos sem-teto e o que denominamos de gradações de politizações. Sintetizaremos isso a seguir.

Um primeiro nível de politização se refere aos grupos que possuem uma luta localizada para resolver interesses localizados. Geralmente, esses grupos formam movimentos instantâneos (de rápida formação e duração), são destituídos de qualquer sigla e não possuem relações com partidos políticos, nem têm uma ideologia definida.

Saindo da luta local para a luta ampla, dirigida a todos que têm habitações precárias, estaremos saindo também do corporativismo para a política, ou seja, o problema habitacional é posto em outro nível, no nível da política de Estado, onde se pressiona um governo (municipal, estadual ou federal) para que ele tenha uma política habitacional que resolva o problema da habitação no país. Aqui os movimentos não colocam a discussão em termos de luta de classes e necessidade de construção de uma identidade da classe trabalhadora e tampouco possui objetivos mais amplos, como o de superação da sociedade capitalista.

Há ainda, um terceiro nível que se trata daquele em que os movimentos dos sem-teto percebem que para mudar a política habitacional é preciso mudar toda a política econômica e social e concluem que com o bloco no poder vigente tal política não mudará. Aí eles passariam da luta para influenciar o poder à luta pelo poder. É neste sentido, em busca desta luta pelo poder político, que o movimento vai realizando um lento trabalho de politização de sua base para que, no futuro, se consiga, enfim, ter uma classe trabalhadora unida e com uma identidade de classe definida para, então, acontecer a tão esperada transformação social.

III.Considerações Finais

Ao longo deste artigo demonstramos a importância de se compreender o contexto socioeconômico e político brasileiro para que possamos, enfim, refletir sobre a dimensão do problema habitacional, a existência dos sem-teto e a luta por moradia.

Destacamos que a histórica concentração do déficit habitacional na parcela da população que possui mais baixa renda (até três salários mínimos mensais por família), a longa falta de políticas habitacionais efetivas para esta população, a imposição de uma agenda de políticas neoliberais que agravaram a situação socioeconômica dos trabalhadores, por meio de precarização do trabalho, diminuição dos salários e aumento



do desemprego, tudo isso colaborou para que existisse uma grande parcela da população que enfrentaria sérios problemas relacionados à moradia e ao trabalho. Em decorrência disso, criou-se um contexto propício para que se tivesse a intensificação da luta por moradia e o aumento da organização dos movimentos dos sem-teto nos anos 90 e 2000.

Defendemos ainda a hipótese de que os movimentos dos sem-teto podem ser considerados como movimentos classistas no sentido de que 1. suas bases sociais são compostas por trabalhadores, mais especificamente “trabalhadores marginalizados”; 2. a reivindicação principal dos movimentos, a moradia, possui uma natureza de classe: os trabalhadores se unem e organizam a luta política em torno de um interesse material, uma reivindicação que está atrelada a sua posição na estrutura produtiva. Como demonstramos, a reivindicação por uma moradia digna vem de trabalhadores que não têm condições de se alimentarem e pagar um aluguel.

No que se refere ao posicionamento político dos movimentos dos sem-teto, o que complementa a idéia de movimento classista, citamos a possibilidade de existir pelo menos três diferentes posições político-ideológicas entre os movimentos, o que faz com que a identidade de classe pode aparecer, ou não, de maneira definida e consciente entre os sem-tetos.

IV. Bibliografia Citada

- BARBOSA, Benedito e Pita, S. “A trajetória das lutas do centro: das ocupações e resistências às conquistas”. 2006. Disponível em: www.cidade.gov.br/secretarias-nacionais/programas-urbanos/biblioteca.
- BOITO JR., Armando. *Política Neoliberal e Sindicalismo no Brasil*. São Paulo: Xamã, 1999.
- _____ “A hegemonia neoliberal no Governo Lula”. In: *Crítica Marxista*, nº 17. Editora Revan, 2003.
- BONDUKI, N. “Política habitacional e inclusão social no Brasil: revisão histórica e novas perspectivas no governo Lula”. In: *Arq.urb – Revista eletrônica de arquitetura e urbanismo*. Nº1. 2008. Disponível em: http://www.usjt.br/arq.urb/numero_01/artigo_05_180908.pdf. Acessado em novembro de 2009.
- FAGNANI, Eduardo. *Política social no Brasil (1964-2002): entre a cidadania e a caridade*. Campinas: Unicamp/ Instituto de Economia, 2005. Tese de doutorado.
- GALVÃO, A. *Neoliberalismo e reforma trabalhista no Brasil*. Rio de Janeiro: Coedição, Revan, FAPESP, 2007.



- _____ “Reanimação das lutas sociais e a esquerda na Europa hoje, Entrevista com René Mouriaux”. In: *Crítica Marxista*, nº14. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.
- KOWARICK, Lucio. *Capitalismo e marginalidade na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
- MARICATO, Erminia T. M. “Política Urbana e habitacional no governo FHC”. In: *Revista Praga*, Vol 1, nº6. São Paulo: Vozes, 1998.
- NUN, José. “Superpopulação relativa, exército industrial de reserva e massa marginal”. In: PEREIRA, L. (org). *Populações Marginais*. São Paulo: Duas Cidades, 1978.
- _____ “Marginalidad y otras cuestiones”. In: *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales*, n.4. ELAS-ICIS, Santiago: 1972.
- _____ “O futuro do emprego e a tese da massa marginal”. In: *Novos Estudos Cebrap*, nº 56. São Paulo: 2000.
- OLIVEIRA, Nathalia C. *Os movimentos dos sem-teto da Grande São Paulo (1995-2009)*. Campinas: Unicamp/ Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2010. Dissertação de Mestrado.
- PAULA, Caco de. “Política Urbana”. In: LAMOUNIER, Bolívar, FIGUEIREDO, Rubens (org). *A Era FHC: um balanço*. São Paulo: Cultura Editores Associados, 2002.
- QUADROS, Waldir J. “A evolução recente das classes sociais no Brasil”. In: PRONI, M, HENRIQUE, W. (org) Trabalho, mercado e sociedade. O Brasil nos anos 90. São Paulo: Editora Unesp; Campinas: Instituto de Economia da UNICAMP, 2003.
- ROLNIK, R; KAZUO. “As armadilhas do pacote habitacional”. Disponível em: www.unmp.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=252:as-armadilhas-do-pacote-habitacional&catid=40:materiais-sobre-politica-de-habitacao&Itemid=68. Acessado em março de 2009.
- SANCHEZ, H. “O social-liberalismo do governo Lula e os dilemas para a esquerda brasileira e os movimentos sociais. In: *Travessia Insurgente*, 2009. Disponível em: www.travessiainsurgente.blogspot.com/2009/06/o-social-liberalismo-do-governo-lula_e.html
- SANTOS, C. H. M. *Políticas federais de habitação no Brasil: 1964/1998*. Brasília, IPEA, 1999.
- SANTOS, José Alcides Figueiredo. “Mudanças na estrutura de posições e segmentos de classe no Brasil”. In: *Estrutura de Posições de classe no Brasil. Mapeamento, mudanças e efeitos na renda*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, Rio de Janeiro: IUPERJ, 2002.
- ZAMBONI, R. A. *O financiamento habitacional pelo setor público federal: 1990/2002*. S.D.